

AMÉRICO RIBEIRO MAGRO
LANDOLFO ANDRADE



MANUAL DE

DIREITO DIGITAL

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



UM NOVO SELO PARA NOVOS TEMPOS

A tecnologia está presente no dia a dia de todos e suas repercussões no exercício das profissões ficam cada vez mais evidentes. No campo do Direito esta percepção, que já vinha ganhando espaço cada vez maior, foi ampliada pela terrível Pandemia da Covid-19 e pela imediata necessidade de que todos se adaptassem com rapidez ao ambiente digital para continuidade de suas atuações. Mesmo que se trate de um cenário permeado de incertezas, as normas aqui e no exterior vêm tentando acompanhar as transformações provocadas por essa virada tecnológica, regulamentando temas relevantes como o acesso à internet, a ética da inteligência artificial, a justiça 4.0, a proteção de dados e o *stalking*.

A Editora Juspodivm, sempre atenta às necessidades de seus leitores e ciente da dificuldade de sistematização de temas ligados à inovação, vem nos últimos anos estimulando autores a abordarem questões como Inteligência Artificial, Blockchain, Cyberbullying, Criptomonedas, Proteção de Dados, Teletrabalho, entre outros, desenvolvendo, assim, um respeitável catálogo dedicado ao Direito Digital, discutindo questões jurídicas envolvendo a era digital.

Para atuar com excelência e ampliar sua participação na área com publicações relevantes, a Juspodivm criou o **Conselho de Direito Digital, Transformação e Novas Tecnologias**, composto por grandes autores envolvidos direta e indiretamente nas discussões relacionadas a essa transformação digital. O conselho tem o papel de amparar a editora em decisões de publicação na área. Compete a ele avaliar autores e temas, bem como propor novos conteúdos.

Conselho de Direito Digital, Transformação e Novas Tecnologias: Claudio Joel Brito Lóssio, Dierle Nunes, Fabiano Hartmann, Flaviane Barros, Higor Vinicius Nogueira Jorge, José Eduardo Chaves Jr., José Luis Bolzan de Moraes, Márcio André Lopes Cavalcante.



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757 • Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

M212e Magro, Américo Ribeiro.
Manual de Direito Digital / Landolfo Andrade de Souza e Américo Ribeiro Magro –
São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.
464 p.
ISBN 978-65-5680-738-6
1. Direito Digital. I. Magro, Américo Ribeiro. II. Souza, Landolfo Andrade de. III. Título.

CDD 340.004.678

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1	
INTERNET: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	19
1.1 Primórdios do conceito de rede: técnica e literatura	19
1.2 Aspectos operacionais da internet	25
1.2.1 Linguagem HTML e <i>Browser</i>	25
1.2.2 <i>Cookies</i>	28
1.2.3 Site, domínio e <i>cybersequatting</i>	31
1.2.4 Internet das Coisas (<i>Internet-of-Things – IoT</i>)	35
1.2.4.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019	36
1.2.5 <i>Big Data</i>	37
1.2.6 Computação e armazenamento em nuvem (<i>cloud storage</i>)	40
1.2.7 Serviço <i>over-the-top</i> – OTT	40
1.2.8 Arquitetura <i>Peer-to-peer – P2P</i>	41

2

A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE INTERNET E SUA REGULAÇÃO	43
2.1 O problema da regulação da internet.....	44
2.1.1 Regulação e agências reguladoras.....	44
2.1.2 A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997).....	46
2.1.3 A questão da natureza do serviço de conexão à internet: Serviço de Valor Adicionado x Serviço de Telecomunicações (Norma 004/1995 e Lei Geral de Telecomunicações)	50
2.1.4 Vácuo regulatório e potencial incompetência regulatória da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a regulação dos serviços de internet	57
2.1.5 Obstáculos à regulação direta da internet: dissolução de fronteiras e desafios à aplicação da lei local	59

3

AGENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA VIRTUAL	65
3.1 Provedores de serviços de internet: provedores de aplicações e provedores de conexão.....	65
3.1.1 Provedores de <i>Backbone</i>	68
3.1.2 Provedor de acesso ou conexão.....	69
3.1.3 “Provedor” de informação e provedor de conteúdo	70
3.1.4 Provedor de hospedagem	72
3.1.5 Provedor de correio eletrônico	73
3.2 Das esferas de responsabilização dos provedores de serviço.....	73

4

COMUNIDADES VIRTUAIS.....	77
4.1 A natureza auto-organizada da internet enquanto sistema sócio-tecnológico	80
4.2 Comunidades virtuais: conformação conceitual e definições ...	85
4.3 Elementos constitutivos das comunidades virtuais: associação de usuários e plataforma digital sede	91
4.4 Características comuns e critérios de qualificação das comunidades virtuais	93
4.5 Tipologia das comunidades virtuais: critérios de classificação	96
4.5.1 Quanto à temporalidade das comunicações: comunidades síncronas e assíncronas	96
4.5.2 Quanto ao interesse dos usuários participantes: comunidades de motivação social e comunidades transacionais	97
4.5.3 Quanto à relação entre os membros e a plataforma: comunidades de discussão, de conclusão de objetivos e tarefas, de ambientes virtuais e híbridas	98
4.5.4 Quanto ao patrocinador da comunidade: comunidades fundadas por membros e comunidades patrocinadas por organizações.....	102

5

DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL.....	105
5.1 A abertura do catálogo constitucional de direitos fundamentais....	106
5.2 Direito humano fundamental de acesso universal à internet	109
5.3 Inviolabilidade das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.....	115

5.4	Direito à privacidade e proteção dos dados pessoais.....	118
5.5	Liberdade de pensamento e de expressão	120
5.5.1	Liberdade de expressão e “Lei” das <i>Fake News</i> (PL nº 2.630/2020)	124

6

	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	135
6.1	Afinal, o que são dados (pessoais)?	138
6.1.1	Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	141
6.1.2	Metadados	143
6.2	Vigência da LGPD: cenários pré e pós-pandemia	145
6.3	A extraterritorialidade da LGPD: diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e comparativo com a <i>General Data Protection Regulation</i> (GDPR)	148
6.4	Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e da minimização de dados	155
6.5	Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados	159
6.6	O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral.....	171
6.7	O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública...	176
6.7.1	A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017).....	177
6.7.2	O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimento CNJ Nº 74/2018 e novas normas de serviço	182

SUMÁRIO

6.8	As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia	190
6.9	A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: pontos de inconstitucionalidade e esvaziamento de funções	195

7

MARCO CIVIL DA INTERNET: LEI Nº 12.965/2014.....	203	
7.1	Técnica legislativa subjacente: Código de Princípios e Cláusulas Gerais	206
7.2	Direitos e garantias dos usuários	212
7.2.1	Inviolabilidades e sigilo.....	214
7.2.2	Continuidade dos serviços de conexão	215
7.2.3	Manutenção da qualidade contratada e proteção de dados pessoais.....	221
7.3	Redação contratual e proteção do consumidor: termos e condições gerais de uso	221
7.4	Neutralidade de rede: disciplina nacional e comparada.....	233
7.4.1	A neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e no Decreto nº 8.771/2016.....	238
7.4.2	A Neutralidade de Rede no modelo europeu: Regulamento EU 2015/2120	241
7.4.3	A Neutralidade de Rede no modelo norte-americano ...	245
7.4.3.1	A Neutralidade de Rede no governo Barack Obama: Criação das regras de “open internet”	246
7.4.3.2	A Neutralidade de Rede no governo Donald Trump: o fim das regras de “open internet”	254
7.5	Responsabilidade civil dos provedores e controle de conteúdo ilícito	258

8

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ESFERA DIGITAL	267
8.1 Informatização do processo administrativo e assinatura eletrônica.....	267
8.2 Acesso à informação e transparência	274
8.3 Governo digital e serviços públicos digitais	285
8.4 Nova Lei de Licitações e Publicidade	296
8.5 Segurança da informação e defesa cibernética.....	301

9

RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL.....	309
9.1 Novos danos e interesses mercedores de tutela	311
9.2 Direitos da personalidade e responsabilidade civil por dano à imagem	318
9.3 A responsabilidade dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	330
9.4 A responsabilidade dos editores de blogs por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	338
9.5 A responsabilidade dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	340
9.6 A responsabilidade dos motores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca	342
9.7 Direito ao esquecimento e direito à desindexação: (ir)responsabilização dos provedores de aplicações.....	346
9.8 A responsabilidade dos aplicativos de transporte individual de passageiros	358

SUMÁRIO

9.9	A responsabilidade dos provedores de <i>online marketplace</i> por danos causados por terceiros	381
9.10	Serviços online de hospedagem e disposições condominiais	384
9.11	Direito de arrependimento (prazo de reflexão) e compras online	389
9.11.1	A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020 (RJET).....	396
9.12	Fraude bancária e responsabilidade em transações de <i>internet banking</i>	397

10**COMÉRCIO ELETRÔNICO
E NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO** 405

10.1	Regulamentação do <i>e-commerce</i> : Decreto nº 7.962/2013.....	405
10.2	Mecanismos de “Online Dispute Resolution” (ODR) e “Cyber-courts” no comércio eletrônico.....	410
10.3	Criptomoedas, blockchain e (des)regulação.....	422
10.4	<i>Crowdfunding</i> (financiamento coletivo)	428
10.5	Startups, Inova Simples e Empresa Simples de Crédito.....	435

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 439